O registro distribuído como registro jurídico e como mero registro: uma sequência de decisão

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Checklist

Para qualquer ativo do mundo real tokenizado, registre o seguinte antes de aconselhar: - O ativo e o registro que estabelece a titularidade sobre ele segundo a lei do lugar em que se encontra. - Se o token é o registro jurídico (valor mobiliário escritural suíço em DLT) ou um mero registro (todo o resto). - Se for um mero registro, o proprietário registrado e cada relação jurídica entre esse proprietário e o detentor do token. - A lei aplicável ao token, ao ativo subjacente e a cada relação entre eles. - O que o detentor do token recebe se o proprietário registrado, o emissor e a plataforma, cada um deles, se tornarem insolventes. - Se o contrato do token contém alguma função de congelamento, de reversão (clawback) ou de transferência forçada e quem a controla. - O processo de conciliação entre o registro distribuído e o outro registro, sua frequência e quem o audita. - A classificação regulatória do token segundo o Capítulo III e a dos prestadores de serviços segundo as Partes E e K.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

O item da conciliação merece destaque. Um gêmeo digital só é tão confiável quanto o processo que o mantém alinhado ao original. Em todos os fundos, títulos e produtos imobiliários tokenizados que o autor examinou, há um ponto em que um operador lê o registro distribuído e atualiza o registro jurídico, ou lê o registro jurídico e atualiza o registro distribuído. Esse operador pode falhar, ser hackeado ou tornar-se insolvente. Os documentos devem dizer o que acontece nesse caso, e o detentor do token deve saber em qual registro um tribunal acreditará.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com